PIAUÍ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXV - 114º DA REPÚBLICA | Quarta-feira, 15 de março de 2006 - Nº 50 | TERESINA - PIAUÍ

Polícia Militar firma convênio com Cruz Vermelha

Polícia Militar do Piauí (PM) firmou nesta terça-feira, 14, convênio com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, no Brasil, para atuarem, de forma integrada, na defesa dos direitos humanos. Da solenidade de assinatura do convênio, participou também o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Piauí, e presidente do Conselho da Comissão Estadual dos Direitos Humanos, Antônio Pedro.

O comandante da PM, Edvaldo Marques, que também representou o governador Wellington Dias, destacou o compromisso da corporação em respeitar o direito de todo ser humano. Ele citou que a PM já realizou inúmeros cursos de formação, especialização e de aperfeiçoamento nessa área para melhor embasar o PM desse tipo de conhecimento. “Não há mais manchetes de truculência e tortura feita pela polícia”, frisou.

Edvaldo Marques disse que 27 oficiais da PM foram capacitados nestes três anos de gestão na área de diretos humanos. Ele nomeou os militares PM Júlia Beatriz Pires de Almeida e Paulo de Deus Barbosa da Mota, como representantes do Programa Interno de Integração das Normas de Direitos Humanos Aplicáveis a Policiais Militares, coordenado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, no Brasil.

Cruz Vermelha

Criada em 1863 e com sede em Genebra, Suíça, a Cruz Vermelha trabalha para proteger a vida de pessoas vítimas de conflitos armados em tempo de guerra e se pauta pela imparcialidade, neutralidade e independência, não estando sujeita a nenhum governo. Atualmente, atua em 80 países, como Iraque, Sudão, Colômbia e Haiti. Possui mais de 12 mil funcionários.

Para o delegado Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Michel Minnig, o convênio celebrado vai permitir mais capacitação e formação de militares da PM para que eles ampliem conhecimentos na área dos diretos humanos. “O momento não poderia ser melhor, pois o Brasil é um Estado de direito e a Polícia do Piauí se insere dentro desse contexto de defesa da dignidade humana”, disse.

Michel Minnig afirmou, também, que a parceria com o Brasil e o Piauí, na formação de policiais cada vez mais conscientes do papel que deve exercer na sociedade, possibilitou a integração entre a ação policial e o respeito à vida. “Esse convênio vai melhorar ainda mais as regras que devem orientar o policial na sua ação nas ruas e elas (normas) já estão sendo inclusas em currículos de formação dos PMs”, acrescentou.

O representante da OAB, Antônio Pedro, afirmou que o convênio é passo importante para a melhoria do trabalho que a PM tem feito, no Estado do Piauí, em prol dos direitos humanos. “A polícia cidadã é uma realidade em nosso Estado, o que significa a luta de efetivação da dignidade para a pessoa humana”, ressaltou.

Crédito Fundiário alcança melhor desempenho

O Programa Crédito Fundiário do Piauí tem o melhor desempenho de sua história. Somente este ano já foram adquiridas 16 propriedades, além de mais 76 propostas que estão no banco para serem pagas, aguardando apenas os cartórios passar as escrituras para o nome das associações.

"Temos quase essa mesma quantidade de propostas, 76 em fase final em nossa unidade técnica do Crédito Fundiário. Mantendo essa média, será o melhor ano desde que foi criado o Crédito Fundiário aqui no Piauí", explica o gerente Programa Crédito Fundiário no Piauí, Francisco das Chagas Ribeiro Filho, o Chicão.

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), através do Crédito Fundiário, tem no território dos Cocais, no norte do Estado, o maior número de assentamentos do Piauí. De um total de 236 assentamentos existentes no Estado, 51 estão localizados no território dos Cocais. Piripiri e Piracuruca são os dois municípios que mais têm assentamentos, são 14 e 12, respectivamente.

Começa a construção do primeiro assentamento feminino

Começa esta semana a construção das casas do primeiro assentamento feminino do Piauí, no território dos Cocais, na localidade Riachão no município de Piripiri. As casas serão construídas em mutirão pelas próprias mulheres e suas famílias com o auxílio de pedreiros da comunidade.

"Vamos começar três projetos simultaneamente: a construção das casas, a perfuração de um poço para o abastecimento de água e a construção de eletrificação rural. Até o final do ano, os três projetos estarão concluídos. E ainda serão implantados os projetos de galinha caipira e de caju-anão precoce", explica.

O grupo de 20 trabalhadoras rurais adquiriu a propriedade Riachão de 305 hectares. "Este é o primeiro assentamento feminino no Brasil. Foi uma grande alegria participar da entrega da escritura da terra em nome da Associação das Trabalhadoras Rurais Organizadas. Fomos nós que implantamos o primeiro assentamento do Programa Nossa Primeira Terra na comunidade Jacus, em São João da Varjota, e agora estamos implantando em Piripiri o primeiro assentamento feminino", comemora Chicão.

De acordo com o gerente do Crédito Fundiário, os assentamentos da região dos Cocais têm resultados consideráveis. Nós temos, em média, 20 famílias por assentamento, mas em Piriripi, com exceção do primeiro assentamento feminino, todos os outros têm menos de 20 famílias.

Convênio financiará a produção de 15 mil toneladas de biodiesel

O arranjo produtivo do biodiesel no Piauí recebeu mais um incentivo com a assinatura, no início da tarde desta terça-feira, 14, de convênio entre o Banco do Brasil (BB) e a Empresa Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda. A parceria tem o objetivo de financiar o cultivo da mamona para a produção de biodiesel no Estado. A solenidade de assinatura do convênio ocorreu no Palácio de Karnak e foi presidida pelo governador Wellington Dias.

Através desse convênio, o Banco do Brasil aplicará R$ 13,5 milhões em créditos rurais, num prazo de dois anos, financiando 5 mil agricultores familiares produtores de mamona. A parceria garantirá ao pequeno produtor contemplado a comercialização de sua colheita, com base no preço de R$ 0,64 por quilo de mamona produzida. Essa produção, portanto, será comprada pela Empresa Brasil Biodiesel. Segundo o governador, o convênio financiará a produção de 15 mil toneladas da oleaginosa.

Participaram da solenidade o gerente de Agronegócios do Banco do Brasil, Rogério Pio, o superintendente do BB no Piauí, Adilson do Nascimento Anísio, o representante da Brasil Biodiesel, Roberto Roessler Sebastião, e ainda os secretários da Fazenda, Antônio Neto; do Desenvolvimento Rural, Wilson Martins; e do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo, Elmano Férrer. Autoridades como o deputado estadual Warton Santos também prestigiaram o evento.

Casamento

Para Wellington Dias, o convênio entre o BB e a Brasil Biodiesel é importante por proporcionar o "casamento" da agricultura familiar, da pequena produção, com a indústria, com "quem tem fôlego para industrializar e ganhar o mercado interno e externo, sem intermediário, sem atravessador". O governador observou ainda que a Brasil Biodiesel, por sua vez, tem um contrato com a Petrobras no qual a estatal irá adquirir o biodiesel refinado no Piauí.

Segundo o gerente de Agronegócios do BB, o convênio possibilitará renda de R$ 500,00 para cada uma das 5 mil famílias beneficiadas com o financiamento. "Se você aproveitar a oportunidade da consorciação do feijão-caupi com a mamona e outras atividades, como apicultura e caprinocultura, cada família vai ter uma receita média mensal, ao final de dois anos, em torno de R$ 500,00", avaliou Rogério Pio. "Por isso que esse programa é tão importante", completou.

O gerente de Agronegócios do BB informou que o Governo Federal disponibilizará neste ano, na agricultura familiar, em torno de R$ 9,5 bilhões - R$ 5,5 bilhões aplicados através do Banco do Brasil. "Desses R$ 5,5 bilhões nós já disponibilizamos aos produtores - já foram contratados na safra que vence agora, 30 de junho -, em torno de R$ 3,8 bilhões", explicou. "Este programa específico do biodiesel é o primeiro convênio que nós estamos formalizando no País."

LEIS E DECRETOS - Pág. 02 • PORTARIAS E RESOLUÇÕES - Pág. 04 • LICITAÇÕES E CONTRATOS - Pág. 05 • OUTROS - Pág. 07